

CIDADES

# TERRAS PÚBLICAS

Área de proteção ambiental transformou-se em loteamento irregular de chácaras. Deputados distritais receberam denúncias de conivência de servidores públicos com a invasão

## Invasores ocupam Parque JK

ANA MARIA CAMPOS  
DA EQUIPE DO CORREIO

O Parque Ecológico JK, área estratégica de proteção ambiental entre Taguatinga e Samambaia, é cenário de vários crimes. Ocupação ilegal do solo, grilagem, dilapidação do patrimônio público, destruição do meio ambiente, estelionato. E ainda suspeitas de extorsão e omissão do Poder Público. As irregularidades foram constatadas ontem por um grupo de parlamentares, que visitou o local em diligência para apurar denúncias de participação de servidores públicos na implantação de loteamentos ilegais.

Por causa das irregularidades, os deputados distritais Augusto Carvalho (PPS) e Peniel Pacheco (PSB) decidiram apresentar na próxima semana requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Legislativa para apurar crimes ambientais no Distrito Federal. Os dois distritais receberam denúncias de que funcionários da administração regional de Samambaia facilitam a implantação de loteamentos dentro da unidade de conservação, criada em janeiro de 1996.

Na diligência realizada ontem, os deputados constataram que houve ação de grileiros. Chácaras do Núcleo Rural Taguatinga, inseridas na Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do JK, estão sendo parceladas e ocupadas ilegalmente, nos moldes do que ocorreu na Colônia Agrícola Vicente Pires. Mais de 500 famílias vivem no local. A terra, de propriedade da Terracap é vendida a terceiros, com documentos de propriedade falsos.

### Propina

Maria Abadia de Oliveira Santos, uma das compradoras, diz que em agosto de 2002 pagou

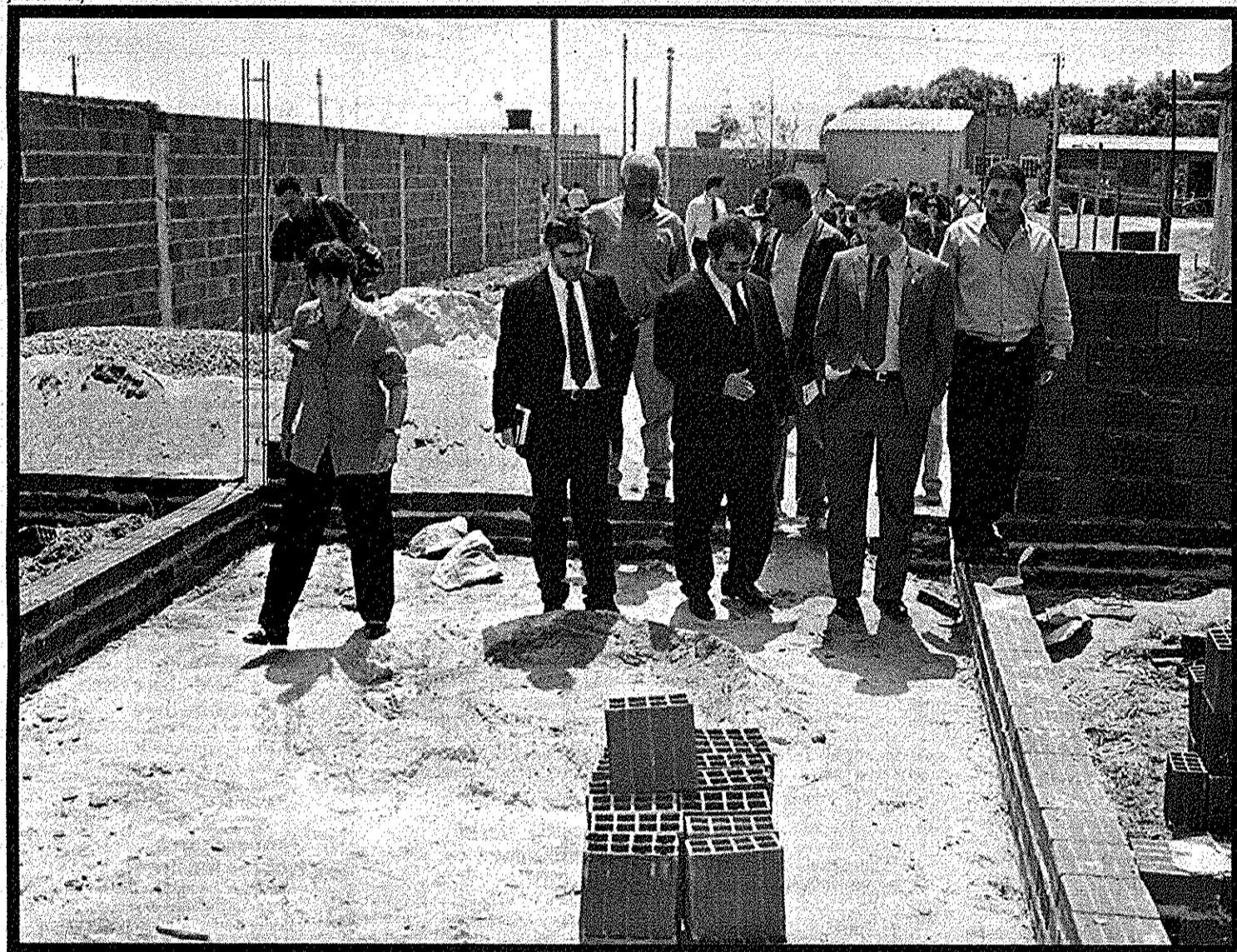
R\$ 5 mil, divididos em dez parcelas, por um lote para a Cooperativa habitacional dos Servidores da Administração Regional de Samambaia. Abadia teve a casa derrubada há quatro meses por fiscais da administração de Samambaia com ajuda do Siv-Solo.

Para Augusto e Peniel, isso só ocorreu porque ela não pagou propina para a fiscalização. "Temos fitas de conversas que mostram um esquema de proteção para quem paga propinas", disse ontem Peniel que promete divulgar os trechos das gravações. "Isso é muito grave e terá de ser provado", rebateu o administrador de Samambaia, Francisco Dorian.

Toda a operação de ontem foi acompanhada por várias autoridades. Policiais civis e federais, fiscais do Siv-Solo, integrantes do Executivo e parlamentares visitaram a área. Além da implantação de loteamentos, os distritais constataram a degradação ambiental. Ruas estão sendo abertas em áreas de córregos, com aterros de nascentes e visível contaminação do lençol freático. "Temos que investigar isso em uma CPI", defende a deputada Eliana Pedrosa (PFL).

Nem mesmo a presença de tantas autoridades inibiu ontem obras de novos moradores que levantam paredes de casas em plena luz do dia. A Justiça determinou a suspensão de construção naquela área. Mas a decisão não está sendo cumprida. Uma placa instalada pelo governo alertando para a implantação do "loteamento clandestino e ilegal" foi derrubada por invasores. Antes disso, os dizeres foram substituídos por "destino legal". "Não entendo por que há condomínios em todo o DF e não podemos morar aqui", indaga o aposentado Antônio Silva, morador de um dos loteamentos.

Jefferson Rudy



DISTRITAIS VISITAM INVASÃO: PEDIDO DE CPI PARA APURAR PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE SAMAMBAIA EM CRIMES

## Terracap pede investigação de fiscais do Ibama

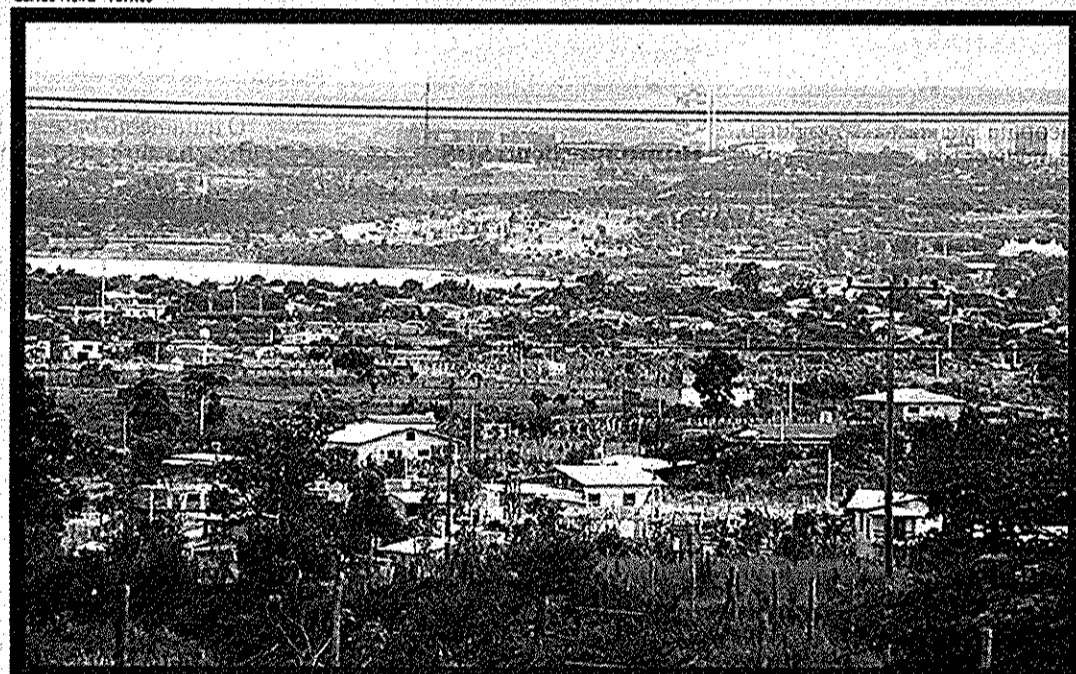
DA REDAÇÃO

Carlos Vieira 18.1.03

A presidente da Terracap, Maria Júlia Silva, enviou ao Ministério Público do Distrito Federal e ao Ministério Público Federal pedido de abertura de investigação sobre a ocupação irregular de uma área de mais de 57 mil metros no Setor Habitacional Taquari. Segundo denúncia que chegou às mãos de Maria Júlia, o terreno é ocupado por servidores do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama/DF), órgão responsável pela fiscalização do meio ambiente.

Parte do novo bairro, lançado pela Terracap em 2001, é ocupado há mais de 30 anos por chácaras rurais. Em uma das áreas, vive um engenheiro florestal do Ibama/DF. Maria Júlia também enviou em julho o pedido de investigação ao gerente regional do órgão, Francisco Palhares. "Esse assunto não é da minha competência. Se eles estão irregulares, quem deveria adotar uma medida judicial para retirá-los daquele lugar, se eles estiverem irregulares, é a dona da área, a Terracap", argumentou Palhares.

Desde o ano passado, a empresa já vendeu por meio de licitação 966 lotes no Taquari, onde existia o Condomínio Hollywood, atrás do Posto Colorado. Na semana passada, Maria Júlia obteve do Ibama/DF a licença de instalação do novo empreendimento habitacional. Isso significa que a empresa poderá providenciar a infra-estrutura urbana no local. Mas quem comprou terreno na licitação está impedido de iniciar as obras de construção de suas casas



SETOR HABITACIONAL TAQUARI: ÁREA DE 57 MIL METROS QUADRADOS SERIA OCUPADA POR SERVIDORES DO IBAMA

porque o Ibama/DF ainda não expediu a licença de operação do empreendimento.

O Ibama/DF apresentou uma lista de recomendações que deverão ser atendidas pela Terracap antes da concessão da licença. Entre as medidas está a destinação de 2,5% dos recursos aplicados na infra-estrutura para o Ibama/DF. A Terracap também foi obrigada a reservar 188 lotes que inicialmente seriam licitados. Além disso, o governador Joaquim Roriz se comprometeu a criar um parque ambiental no setor.

Para técnicos da Terracap, o Ibama entra em contradição ao fazer tais exigências e permitir que funcionários do órgão permaneçam no local. Francisco Palhares rebate. "Sei que tinha

uns três ou quatro servidores lá. Mas nem sei se eles estão lá".

### "Celeuma"

A denúncia chegou à Terracap por meio de um documento assinado por interessados nas licitações da empresa, entre os quais, o engenheiro agrônomo Wagner Valente, um funcionário do Ibama, que vivia no local e teve o terreno licitado. No texto, ele reclama da conivência do Instituto e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) na ocupação irregular da área.

No Ministério Público, a denúncia ainda não foi investigada. Responsável pela área do meio ambiente, o procurador da República Francisco Guilherme Vollellstedt diz que con-

versou com Maria Júlia sobre o assunto. Ela teria lhe dito, há um mês, que enviaria o pedido de investigação. "Mas não recebi", diz.

Para o procurador, a denúncia da presidente da Terracap tem conotação política. "Como proprietária, a Terracap é quem deve ajuizar ação de reintegração de posse ou reivindicatória para retirar essas pessoas de lá", afirma. "Parece-me uma celeuma política por causa das dificuldades no licenciamento ambiental de áreas da empresa", diz.

Para o procurador da República, no entanto, servidores do Ibama estão irregulares da mesma forma que as cerca de 400 mil pessoas que vivem em condomínios ilegais no DF.

## Área protege nascentes

O Parque JK é uma unidade de conservação estratégica para a preservação ambiental. Localizada entre as regiões administrativas mais populosas do DF, Samambaia, Ceilândia e Taguatinga, a ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) JK foi criada para proteger as nascentes dos córregos Cortado e Taguatinga, além do ribeirão Taguatinga. Dentro da APA do Planalto Central, a área abrange uma outra ARIE — a do Cortado —, os parques Saburo Onoyama, Três Meninas e Boca da Mata e sítios arqueológicos. Dentro da área, também há o Núcleo Rural Taguatinga.

Os principais prejuízos causados pelo parcelamento de terras em áreas ambientais como o Parque JK são a destruição de nascentes, ribeirão e córregos; desmatamento e expulsão da fauna (pequenos animais e pássaros como sabiá, bem-te-vi, graça, curió, papagaio, joão-de-barro e andorinhas); contaminação do lençol freático e dilapidação do patrimônio público.

## AÇÃO CONTRA LOTEAMENTO

A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema) investiga há quatro anos os danos ambientais causados pela ocupação irregular do Parque Ecológico JK. Em 2002, o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o GDF para que adote providências para impedir o parcelamento e retire os invasores do local. Também há um inquérito criminal contra os grileiros. Segundo o MP, entre os suspeitos estão policiais e servidores públicos.